

Escola de Sargento das Armas - ESA

ESA

Curso de Formação de Sargento

Obra

ESA – Escola de Sargento das Armas

Curso de Formação de Sargento - Área Geral

Autores

MATEMÁTICA • Bruno Araújo, Kairton Batista (Prof. Kaká) e Sérgio Mendes

PORTUGUÊS • Monalisa Costa, Ana Cátia Collares e Giselli Neves, Paloma Leite e Paloma Leite

HISTÓRIA DO BRASIL • Jean Talvani e Otávio Massaro

GEOGRAFIA DO BRASIL • Zé Soares

INGLÊS • Rebecca Soares

ISBN: 978-65-87525-40-2

Edição:



Março/2022

Todos os direitos autorais desta obra são reservados e protegidos pela Lei nº 9.610/1998. É proibida a reprodução parcial ou total, por qualquer meio, sem autorização prévia expressa por escrito da editora Nova Concursos.

Essa obra é vendida sem a garantia de atualização futura. No caso de atualizações voluntárias e erratas, serão disponibilizadas no site www.novaconcursos.com.br. Para acessar, clique em “Erratas e Retificações”, no rodapé da página, e siga as orientações.



Dúvidas

www.novaconcursos.com.br/contato 
sac@novaconcursos.com.br 

APRESENTAÇÃO

Um bom planejamento é determinante para a sua preparação de sucesso na busca pela tão almejada aprovação. Por isso, pensando no máximo aproveitamento de seus estudos, esse livro foi organizado de acordo com o *Edital Nº 8/2022 do ESA para o cargo de Curso de Formação de Sargentos – Área Geral*.

O conteúdo programático foi sistematizado em um sumário, facilitando a busca pelos temas do edital, no entanto, nem sempre a banca organizadora do concurso dispõe os assuntos em uma sequência lógica. Por isso, elaboramos este livro abordando os principais itens do edital e reorganizando-os quando necessário, de uma maneira didática para que você realmente consiga aprender e otimizar os seus estudos.

Ao longo da teoria, você encontrará boxes – *Importante e Dica* – com orientações, macetes e conceitos fundamentais cobrados nas provas, e seção *Hora de Praticar*, trazendo exercícios gabaritados da *banca DECEX, organizadora do certame*.

A obra que você tem em suas mãos é resultado da competência de nosso time editorial e da vasta experiência de nossos professores e autores parceiros – muitos também responsáveis pelas aulas que você encontra em nossos *Cursos Online* – o que será um diferencial na sua preparação. Nosso time faz tudo pensando no seu sonho de ser aprovado em um concurso público. Agora é com você!

Intensifique ainda mais a sua preparação acessando os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: *Conteúdo de Redação Discursiva disponível em pdf para download além do Curso Bônus com 10 horas de videoaulas*. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.



CONTEÚDO ON-LINE

Para intensificar a sua preparação para concursos, oferecemos em nossa plataforma on-line materiais especiais e exclusivos, selecionados e planejados de acordo com a proposta deste livro. São conteúdos que tornam a sua preparação muito mais eficiente.

BÔNUS:

- Curso On-line.
 - Matemática - Função Linear, Função Afim e Função Quadrática; Trigonometria; Geometria Plana
 - Língua Portuguesa - Leitura, Interpretação e Análise de Textos; Regência Nominal e Verbal
 - História do Brasil - Primeiro Reinado (1822-1831); Período Regencial (1831-1840); Segundo Reinado (1840-1889)
 - Geografia do Brasil - Formação Territorial e Divisão Político-Administrativa
 - Inglês - Singular e Plural; Pronomes

CONTEÚDO COMPLEMENTAR:

- Redação Discursiva.

COMO ACESSAR O CONTEÚDO ON-LINE

Se você comprou esse livro em nosso site, o bônus já está liberado na sua área do cliente. Basta fazer *login* com seus dados e aproveitar.

Mas, caso você não tenha comprado no nosso site, siga os passos abaixo para ter acesso ao conteúdo on-line.



Acesse o endereço novaconcursos.com.br/bonus



Digite o código que se encontra atrás da apostila (**conforme foto ao lado**)



Siga os passos para realizar um breve cadastro e acessar seu **conteúdo on-line**

DÚVIDAS E SUGESTÕES
✉ sac@novaconcursos.com.br

Código Bônus
NV-003MR-20

Código Bônus
NV-003MR-20

9 088121 44215 3

VERSO DA APOSTILA

SUMÁRIO

MATEMÁTICA.....	19
■ NOÇÕES DE CONJUNTOS E DE RACIOCÍNIO LÓGICO	19
REPRESENTAÇÃO DE CONJUNTOS	19
SUBCONJUNTOS	19
CONJUNTO UNIVERSO.....	20
CONJUNTO VAZIO.....	20
CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS	20
CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS	21
OPERAÇÕES: UNIÃO, INTERSEÇÃO, DIFERENÇA E COMPLEMENTAR	23
OPERAÇÕES FUNDAMENTAIS: NÚMEROS PRIMOS, FATORAÇÃO E NÚMERO DE DIVISORES, MÁXIMO DIVISOR COMUM E MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM	25
■ CONJUNTO DOS NÚMEROS.....	26
CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS	26
CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS	26
REPRESENTAÇÃO NA RETA NUMÉRICA	26
MÓDULO	26
SIMÉTRICO E OPOSTO	26
REPRESENTAÇÃO FRACIONÁRIA E DECIMAL	26
OPERAÇÕES COM INTERVALOS REAIS	26
CONJUNTO DOS NÚMEROS RACIONAIS	27
OPERAÇÕES FUNDAMENTAIS.....	27
RAZÕES E PROPORÇÕES: GRANDEZAS DIRETAMENTE E INDIETAMENTE PROPORCIONAIS	29
■ FUNÇÕES	31
CONCEITO DE RELAÇÃO E CONCEITO DE FUNÇÃO.....	31
DOMÍNIO, CONTRADOMÍNIO E IMAGEM DE UMA FUNÇÃO	31
FUNÇÕES: INJETORAS, SOBREJETORA, BIJETORA.....	32
FUNÇÕES PARES E ÍMPARES.....	32
FUNÇÕES PERIÓDICAS, E FUNÇÕES COMPOSTAS	33

ZEROS OU RAIZ DE UMA FUNÇÃO	33
FUNÇÃO CONSTANTE	33
FUNÇÃO CRESCENTE	33
FUNÇÃO DECRESCENTE	33
FUNÇÃO DEFINIDA POR MAIS DE UMA SENTENÇA	34
FUNÇÃO INVERSA	34
GRÁFICO DE FUNÇÕES	34
■ FUNÇÃO LINEAR, FUNÇÃO AFIM E FUNÇÃO QUADRÁTICA	35
GRÁFICOS, DOMÍNIO, IMAGEM E CARACTERÍSTICAS	35
VARIAÇÕES DE SINAL	36
MÁXIMOS E MÍNIMOS	37
INEQUAÇÃO PRODUTO E INEQUAÇÃO QUOCIENTE	37
■ FUNÇÃO MODULAR	40
DEFINIÇÃO, GRÁFICO, DOMÍNIO E IMAGEM DA FUNÇÃO MODULAR	40
EQUAÇÕES MODULARES	41
INEQUAÇÕES MODULARES	41
■ FUNÇÃO EXPONENCIAL	41
GRÁFICOS, DOMÍNIO, IMAGEM E CARACTERÍSTICAS	41
LOGARITMOS DECIMAIS	42
EQUAÇÕES EXPONENCIAIS	43
INEQUAÇÕES EXPONENCIAIS	43
■ FUNÇÃO LOGARÍTMICA	43
DEFINIÇÃO DE LOGARITMO E PROPRIEDADES OPERATÓRIAS	43
GRÁFICOS, DOMÍNIO, IMAGEM E CARACTERÍSTICAS DA FUNÇÃO LOGARÍTMICA	44
EQUAÇÕES LOGARÍTMICAS	44
INEQUAÇÕES LOGARÍTMICAS	45
■ TRIGONOMETRIA	46
ARCOS NOTÁVEIS (SENO, COSSENO E TANGENTE DE 45°, 60° E 30°)	46
TRIGONOMETRIA NO TRIÂNGULO (RETÂNGULO E QUALQUER)	47
LEI DOS SENOS	47

LEI DOS COSSENOS.....	48
UNIDADES DE MEDIDAS DE ARCOS E ÂNGULOS: MEDIDA EM GRAU E MEDIDA EM RADIANO.....	48
CÍRCULO TRIGONOMÉTRICO	49
RAZÕES TRIGONOMÉTRICAS	49
REDUÇÃO AO 1º QUADRANTE.....	50
TRANSFORMAÇÕES TRIGONOMÉTRICAS.....	50
IDENTIDADES TRIGONOMÉTRICAS FUNDAMENTAIS.....	51
EQUAÇÕES E INEQUAÇÕES TRIGONOMÉTRICAS NO CONJUNTO DOS NÚMEROS REAIS	53
FÓRMULAS DE ADIÇÃO DE ARCOS: ARCOS DUPLOS, ARCO METADE E TRANSFORMAÇÃO EM PRODUTO.....	54
SISTEMAS DE EQUAÇÕES E INEQUAÇÕES TRIGONOMÉTRICAS E RESOLUÇÃO DE TRIÂNGULOS	56
■ CONTAGEM E ANÁLISE COMBINATÓRIA.....	57
FATORIAL, DEFINIÇÃO E OPERAÇÕES.....	57
PRINCÍPIOS MULTIPLICATIVO E ADITIVO DA CONTAGEM.....	57
ARRANJOS, COMBINAÇÕES E PERMUTAÇÕES.....	59
■ PROBABILIDADE	60
EXPERIMENTO ALEATÓRIO.....	60
EXPERIMENTO AMOSTRAL.....	60
ESPAÇO AMOSTRAL EVENTO	60
PROBABILIDADE EM ESPAÇOS AMOSTRAIS EQUIPROVÁVEIS	61
PROBABILIDADE DA UNIÃO DE DOIS EVENTOS	61
PROBABILIDADE CONDICIONAL.....	62
PROPRIEDADE DAS PROBABILIDADES	62
PROBABILIDADE DE DOIS EVENTOS SUCESSIVOS	63
EXPERIMENTOS BINOMIAIS	64
■ MATRIZES, DETERMINANTES E SISTEMAS LINEARES.....	64
OPERAÇÕES COM MATRIZES (ADIÇÃO, MULTIPLICAÇÃO POR ESCALAR E PRODUTO).....	64
MATRIZ TRANSPOSTA (TRANSPOSIÇÃO)	65
MATRIZ INVERSA	65
DETERMINANTE DE UMA MATRIZ: DEFINIÇÃO (TEOREMA DE LAPLACE).....	66
PROPRIEDADES DOS DETERMINANTES	66

SISTEMAS DE EQUAÇÕES LINEARES	68
■ SEQUÊNCIAS NUMÉRICAS E PROGRESSÕES.....	68
SEQUÊNCIAS NUMÉRICAS	68
PROGRESSÕES ARITMÉTICAS: TERMO GERAL, SOMA DOS TERMOS E PROPRIEDADES.....	68
PROGRESSÕES GEOMÉTRICAS (FINITAS E INFINITAS)	69
Termo Geral, Somando Termos e Propriedades.....	69
■ GEOMETRIA ESPACIAL DE POSIÇÃO.....	70
POSIÇÕES RELATIVAS ENTRE DUAS RETAS	70
POSIÇÕES RELATIVAS ENTRE DOIS PLANOS.....	70
POSIÇÕES RELATIVAS ENTRE RETA E PLANO	71
PERPENDICULARIDADE ENTRE: DUAS RETAS, ENTRE DOIS PLANOS E ENTRE RETA E PLANO	71
PROJEÇÃO ORTOGONAL	71
■ GEOMETRIA ESPACIAL MÉTRICA.....	72
PRISMAS: CONCEITO, ELEMENTOS, CLASSIFICAÇÃO, ÁREAS E VOLUMES E TRONCOS.....	72
PIRÂMIDE: CONCEITO, ELEMENTOS, CLASSIFICAÇÃO, ÁREAS E VOLUMES E TRONCOS.....	74
CILINDRO: CONCEITO, ELEMENTOS, CLASSIFICAÇÃO, ÁREAS E VOLUMES E TRONCOS	75
CONE: CONCEITO, ELEMENTOS, CLASSIFICAÇÃO, ÁREAS E VOLUMES E TRONCOS	76
ESFERA: ELEMENTOS, SEÇÃO DA ESFERA, ÁREA, VOLUMES E PARTES DA ESFERA	78
INSCRIÇÃO E CIRCUNSCRIÇÃO DE SÓLIDOS.....	78
■ GEOMETRIA ANALÍTICA PLANA.....	79
PONTO.....	79
O Plano Cartesiano, Distância entre Dois Pontos ponto médio de segmento e condição de alinhamento de três pontos	79
RETA: EQUAÇÕES GERAL E REDUZIDA.....	79
INTERSEÇÃO DE RETAS	80
PARALELISMO E PERPENDICULARIDADE.....	80
ÂNGULO ENTRE DUAS RETAS	81
DISTÂNCIA ENTRE PONTO E RETA E DISTÂNCIA ENTRE DUAS RETAS	81
ÁREA DE UM TRIÂNGULO E INEQUAÇÕES DO PRIMEIRO GRAU COM DUAS VARIÁVEIS.....	82
CIRCUNFERÊNCIA: EQUAÇÕES GERAL E REDUZIDA.....	82
Posições Relativas entre Ponto e Circunferência.....	83

Reta e Circunferência e Duas Circunferências.....	84
Problemas de Tangência.....	85
Equações e Inequações do Segundo Grau com Duas Variáveis.....	86
ELIPSE: DEFINIÇÃO, EQUAÇÃO, POSIÇÕES RELATIVAS ENTRE PONTO E ELIPSE, POSIÇÕES RELATIVAS ENTRE RETA E ELIPSE.....	87
HIPÉRBOLE: DEFINIÇÃO, EQUAÇÃO DA HIPÉRBOLE, POSIÇÕES RELATIVAS ENTRE PONTO E HIPÉRBOLE, POSIÇÕES RELATIVAS ENTRE RETA E HIPÉRBOLE E EQUAÇÕES DAS ASSÍNTOTAS DA HIPÉRBOLE.....	88
PARÁBOLA: DEFINIÇÃO, EQUAÇÃO, POSIÇÕES RELATIVAS ENTRE PONTO E PARÁBOLA, POSIÇÕES RELATIVAS ENTRE RETA E PARÁBOLA.....	91
RECONHECIMENTO DE CÔNICAS A PARTIR DE SUA EQUAÇÃO GERAL.....	92
■ GEOMETRIA PLANA.....	93
ÂNGULO: DEFINIÇÃO, ELEMENTOS E PROPRIEDADES.....	93
ÂNGULOS NA CIRCUNFERÊNCIA.....	95
PARALELISMO.....	97
PERPENDICULARIDADE.....	97
SEMELHANÇA DE TRIÂNGULOS.....	99
PONTOS NOTÁVEIS DO TRIÂNGULO.....	99
RELAÇÕES MÉTRICAS NO TRIANGULO RETANGULO.....	101
RELAÇÕES MÉTRICAS EM UM TRIANGULO QUALQUER.....	101
TRIÂNGULOS RETÂNGULOS, TEOREMA DE PITÁGORAS.....	102
CONGRUÊNCIA DE FIGURAS PLANAS.....	102
FEIXE DE RETAS PARALELAS E TRANSVERSAIS.....	103
TEOREMA DE TALES.....	103
TEOREMA DAS BISSETRIZES INTERNAS E EXTERNAS DE UM TRIÂNGULO.....	104
QUADRILÁTEROS NOTÁVEIS.....	104
POLÍGONOS.....	105
POLÍGONOS REGULARES.....	106
CIRCUNFERÊNCIAS.....	107
CÍRCULOS E SEUS ELEMENTOS.....	107
PERÍMETRO E ÁREA DE POLÍGONOS.....	109
FÓRMULA DE HERON.....	109
RAZÃO ENTRE ÁREAS.....	109

INSCRIÇÃO E CIRCUNSCRIÇÃO	110
■ POLINÔMIOS	111
FUNÇÃO POLINOMIAL	111
POLINÔMIO IDENTICAMENTE NULO	111
GRAU DE UM POLINÔMIO	111
IDENTIDADE DE UM POLINÔMIO.....	112
RAIZ DE UM POLINÔMIO.....	112
OPERAÇÕES COM POLINÔMIOS E VALOR NUMÉRICO DE UM POLINÔMIO.....	112
DIVISÃO DE POLINÔMIOS.....	113
TEOREMA DO RESTO	113
TEOREMA DE D'ALEMBERT.....	114
DISPOSITIVO DE BRIOT-RUFFINI.....	114
RELAÇÃO ENTRE COEFICIENTES E RAÍZES	114
FATORAÇÃO E MULTIPLICIDADE DE RAÍZES: PRODUTOS NOTÁVEIS	116
MÁXIMO DIVISOR COMUM DE POLINÔMIOS.....	116
EQUAÇÕES POLINOMIAIS	117
TEOREMA FUNDAMENTAL DA ÁLGEBRA OU TEOREMA DA DECOMPOSIÇÃO	117
RAÍZES IMAGINÁRIAS	117
RAÍZES RACIONAIS	117
RELAÇÕES DE GIRARD	118
TEOREMA DE BOLZANO	119
CONJUNTO E REPRESENTAÇÃO ALGÉBRICA DE NÚMEROS COMPLEXOS.....	120
REPRESENTAÇÃO TRIGONOMÉTRICA: MÓDULO E NORMA.....	121
CONJUGADO DE UM NÚMERO COMPLEXO.....	121
REPRESENTAÇÃO NO PLANO DE ARGAND GAUSS.....	122
POTENCIALIZAÇÃO NÚMEROS COMPLEXOS E EXTRAÇÃO DE RAÍZES	122
RADICIAÇÃO DE NÚMEROS COMPLEXOS.....	123
FÓRMULAS DE MOIVRE	124
■ BINÔMIO DE NEWTON	124
DESENVOLVIMENTO, COEFICIENTES BINOMIAIS E TERMO GERAL	124

RESOLUÇÃO DE EQUAÇÕES BINOMIAIS E TRINOMIAIS	125
PORTUGUÊS	129
■ LEITURA, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DE TEXTOS	129
LEITURA, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DOS SIGNIFICADOS PRESENTES EM UM TEXTO E O RESPECTIVO RELACIONAMENTO COM O UNIVERSO EM QUE O TEXTO FOI PRODUZIDO.....	129
■ FONÉTICA, ORTOGRAFIA E PONTUAÇÃO	131
CORRETA ESCRITA DAS PALAVRAS DA LÍNGUA PORTUGUESA, ACENTUAÇÃO GRÁFICA, PARTIÇÃO SILÁBICA E PONTUAÇÃO.....	131
■ MORFOSSINTAXE	166
FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO, TERMOS DA ORAÇÃO, ORAÇÕES DO PERÍODO (DESENVOLVIDAS E REDUZIDAS), FUNÇÕES SINTÁTICAS DO PRONOME RELATIVO, SINTAXE DE REGÊNCIA (VERBAL E NOMINAL), SINTAXE DE CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL) E SINTAXE DE COLOCAÇÃO	166
■ NOÇÕES DE VERSIFICAÇÃO	183
ESTRUTURA DO VERSO, TIPOS DE VERSO, RIMA, ESTROFAÇÃO E POEMAS DE FORMA FIXA	183
■ TEORIA DA LINGUAGEM E SEMÂNTICA	185
HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA	185
LINGUAGEM, LÍNGUA, DISCURSO E ESTILO.....	186
NÍVEIS DE LINGUAGEM, FUNÇÕES DA LINGUAGEM	186
FIGURAS DE LINGUAGEM E SIGNIFICADO DAS PALAVRAS	187
■ INTRODUÇÃO À LITERATURA	193
A ARTE LITERÁRIA, OS GÊNEROS LITERÁRIOS E A EVOLUÇÃO DA ARTE LITERÁRIA, EM PORTUGAL E NO BRASIL.....	193
■ LITERATURA BRASILEIRA	196
CONTEXTO HISTÓRICO, CARACTERÍSTICAS, PRINCIPAIS AUTORES E OBRAS DO QUINHENTISMO, BARROCO, ARCADISMO, ROMANTISMO, REALISMO, NATURALISMO, IMPRESSIONISMO, PARNASIANISMO, SIMBOLISMO, PRÉMODERNISMO E MODERNISMO	196
■ ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS NA ORTOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA PELO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA, ASSINADO EM LISBOA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 1990, POR PORTUGAL, BRASIL, ANGOLA, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, CABO VERDE, GUINÉ- BISSAU, MOÇAMBIQUE E, POSTERIORMENTE, POR TIMOR LESTE, APROVADO NO BRASIL PELO DECRETO Nº 6.583, DE 29 DE SETEMBRO DE 2008 E ALTERADO PELO DECRETO Nº 7.875, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012	205
HISTÓRIA DO BRASIL	211
■ BRASIL COLÔNIA	211

OS POVOS INDÍGENAS BRASILEIROS	211
O Brasil Antes da Chegada dos Europeus e as Principais Nações Indígenas do Brasil antes da Chegada dos Portugueses	212
PERÍODO PRÉ-COLONIAL	212
Expedições de Reconhecimento e Guarda Costa.....	213
Economia do Pau-brasil.....	213
Expedição Colonizadora de Martim Afonso de Souza.....	212
■ PERÍODO COLONIAL - ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE COLONIAL.....	213
A Organização Administrativa Colonial Portuguesa no Brasil - Capitanias Hereditárias, O Governo Geral e Órgãos Administrativos	213
As Câmaras Municipais e Econ Omias Complementares.....	214
A Economia e Sociedade Açucareira e Economias Complementares.....	214
Escravidão Africana.....	215
A Economia e Sociedade Mineradora	216
CONSOLIDAÇÃO TERRITORIAL.....	216
Entradas e Bandeiras.....	216
Invasões Estrangeiras - Invasões Francesas e a Invasão Holandesa.....	216
A Insurreição Pernambucana: a Luta Contra o Invasor e a Gênese do Exército Brasileiro.....	218
As questões de Limites entre Portugal e Espanha e a Formação das Atuais Fronteiras do Brasil: Tratados de Madri, El Pardo, Santo Ildefonso e Badajoz	218
AS REBELIÕES NATIVISTAS	219
Características: Principais Rebeliões Nativistas - Revolta de Beckman, Guerra dos Emboabas, Guerra dos Mascates e a Revolta de Vila Rica.....	219
■ A CRISE DO SISTEMA COLONIAL PORTUGUÊS E OS MOVIMENTOS PRÓ-INDEPENDÊNCIA NO BRASIL	220
Caracterização, Influência Iluminista e a Crise Econômica	220
■ OS PRINCIPAIS MOVIMENTOS PRÓ-INDEPENDÊNCIA: INCONFIDÊNCIA MINEIRA E CONJURAÇÃO BAIANA	220
■ BRASIL IMPÉRIO	221
O PERÍODO JOANINO	221
A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, O governo de D. João VI no Brasil (política interna e externa), Revolução do Porto e partida da Família Real, a Independência Do Brasil, Fatores que levaram à independência do Brasil, A Regência de D. Pedro, O Grito do Ipiranga e a Guerra de Independência.....	221
■ O PRIMEIRO REINADO	222
Panorama político-partidário, A Constituição de 1824, Panorama interno (autoritarismo do Imperador, crise econômica), Panorama externo (a Guerra da Cisplatina) e a Abdicação de D. Pedro I.....	222

■ PERÍODO REGENCIAL	223
Panorama político-partidário conflituoso: restauradores, liberais moderados e republicanos, A Regência Trina Provisória, A Regência Trina Permanente, O Ato Adicional de 1834 e As Regências Unas.....	223
As Revoltas Regenciais: Cabanagem, Balaiada, Malês, Sabinada e Farroupilha, e a ação pacificadora de Caxias: Balaiada, Farroupilha e Revoltas Liberais de 1842.....	224
■ O SEGUNDO REINADO	225
Antecipação da Maioridade de D. Pedro II, Panorama político-partidário do II Império (conservadores e liberais e rivalidades iniciais) as Revoltas Liberais de 1842, Conciliação, O Parlamentarismo Brasileiro e a economia e Sociedade Cafeeiras.....	225
A breve era Mauá, Política externa: Campanha contra Oribe e Rosas; A questão Christie; A Campanha contra Aguirre; A Guerra da Tríplice Aliança; O comando vitorioso de Caxias na Guerra da Tríplice Aliança.....	225
A IMIGRAÇÃO EUROPEIA.....	226
A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA.....	226
A CRISE DO IMPÉRIO: QUESTÃO RELIGIOSA; REPUBLICANISMO; QUESTÃO MILITAR; POSITIVISMO; A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA	227
■ BRASIL REPÚBLICA	229
A REPÚBLICA VELHA	229
A República da Espada: os governos de Deodoro e de Floriano Peixoto e as Revoltas da Armada.....	229
A Constituição de 1891	230
Guerras de Canudos (1896 - 1898) e Contestado (1912 - 1916).....	230
O Tenentismo, as revoltas de 1922 - 1924 e a “Coluna Prestes”.....	231
A Revolução Federalista, A República oligárquica: caracterização: “coronelismo”, “voto de cabresto”, política do “café com leite”, política de valorização do café, “política dos governadores”.....	231
Algumas revoltas sociais da República Velha: Revolta da Chibata, Revolta da Vacina, o fenômeno do Cangaço.....	232
A ruptura oligárquica e a Revolução de 1930	233
A ERA VARGAS	233
O Governo Provisório, A Revolução Constitucionalista de 1932, Governo Constitucional de Vargas, A Constituição de 1934 e a CLT, Radicalização ideológica: comunistas versus integralistas; A Intentona Comunista de 1935; a Revolta Integralista de 1938, O Estado Novo (1937 - 1945) e A saída de Vargas do poder	233
O Brasil na II Guerra Mundial: fatores que levaram o Brasil a participar do conflito; a campanha da FEB.....	235
A REPÚBLICA POPULISTA - (1945 - 1964).....	235
Governo Dutra	235
Segundo Governo Vargas.....	236
Governo JK.....	237
Governo Jânio	238

Governo “Jango”	239
PERÍODO DO REGIME MILITAR (1964 - 1985).....	240
Movimento Militar de 31 de março de 1964 – Governo Castello Branco.....	240
Governo Costa e Silva.....	241
Governo Médici	241
Governo Geisel	241
Governo Figueiredo.....	241
A NOVA REPÚBLICA (DE 1985 ATÉ 2000)	242
O Governo Sarney, Crise e Hiperinflação da década de 80	242
A Constituição de 1988	243
O Governo Collor, O Plano Collor, O impeachment de Collor, O Governo Itamar Franco, O Plano Real, Os Planos Cruzado, Bresser e Verão - caracterização e razões do insucesso.....	243
Os Governos de Fernando Henrique Cardoso.....	244
GEOGRAFIA DO BRASIL.....	249
■ O ESPAÇO NATURAL, RECURSOS ESTRATÉGICOS E IMPACTOS AMBIENTAIS	249
CARACTERÍSTICAS GERAIS DO TERRITÓRIO BRASILEIRO	249
Posição Geográfica, Limites e Fusos Horários	249
ESTRUTURA GEOLÓGICA, GEOMORFOLOGIA.....	252
Origem, Formas e Classificações do Relevo.....	252
TIPOS DE SOLOS BRASILEIROS	254
A ATMOSFERA E OS CLIMAS.....	255
Fenômenos Climáticos e os Climas no Brasil	255
BIOMAS, HOTSPOTS E BIODIVERSIDADE.....	260
Distribuição da Vegetação, Características Gerais dos Domínios Morfoclimáticos	260
RECURSOS HÍDRICOS	264
Bacias Hidrográficas, Aquíferos, Hidrovias.....	264
DEGRADAÇÃO AMBIENTAL, O APROVEITAMENTO ECONÔMICO DOS RECURSOS NATURAIS E AS ATIVIDADES ECONÔMICAS	268
Os Recursos Minerais, Fontes de Energia, Matriz Energética Brasileira e Meio Ambiente, o Setor Mineral e os Grandes Projetos de Mineração	268
■ O ESPAÇO ECONÔMICO	272
A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO NACIONAL	272

Ciclos Econômicos e a Expansão do Território – Da Cafeicultura ao Brasil Urbano Industrial e Integração Territorial	272
A INDUSTRIALIZAÇÃO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	274
Modelo de Substituição das Importações, Abertura para Investimentos Estrangeiros, Dinâmica Espacial da Indústria, Polos Industriais, a Indústria nas Diferentes Regiões Brasileiras e a Reestruturação Produtiva.....	274
AGRICULTURA BRASILEIRA	278
Dinâmicas Territoriais da Economia Rural, a Modernização da Agricultura, Êxodo Rural, Agronegócio e a Produção Agropecuária Brasileira	278
COMÉRCIO	281
Globalização e Economia Nacional, Comércio Exterior, Integração Regional (Mercosul e Principais Parceiros Econômicos), Eixos de Circulação e Custos de Deslocamento	281
■ O ESPAÇO POLÍTICO	284
FORMAÇÃO TERRITORIAL – TERRITÓRIO, FRONTEIRAS, FAIXA DE FRONTEIRAS, MAR TERRITORIAL E ZEE.....	284
ESTRUTURA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA, ESTADOS, MUNICÍPIOS, DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS FEDERAIS.....	285
A DIVISÃO REGIONAL, SEGUNDO O IBGE, E OS COMPLEXOS REGIONAIS.....	288
POLÍTICAS PÚBLICAS.....	289
■ O ESPAÇO HUMANO	291
DEMOGRAFIA.....	291
Transição Demográfica, Crescimento Populacional, Estrutura Etária, Política Demográfica e Mobilidade Espacial (Migrações Internas e Externas).....	291
MERCADO DE TRABALHO	294
Estrutura Ocupacional	294
DESENVOLVIMENTO HUMANO	295
Os Indicadores Socioeconômicos	295
URBANIZAÇÃO BRASILEIRA	296
Processo de Urbanização, Rede Urbana, Hierarquia Urbana, Regiões Metropolitanas	296
REGIÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO (RIDE), ESPAÇO URBANO E PROBLEMAS URBANOS	298
INGLÊS	303
■ SUBSTANTIVOS (NOUNS).....	303
GÊNERO.....	303

SUBSTANTIVOS CONTÁVEIS E INCONTÁVEIS.....	303
NÚMERO DOS SUBSTANTIVOS CONTÁVEIS NO SINGULAR E NO PLURAL.....	304
CASO GENITIVO/POSSESSIVO COM O GENITIVO SAXÃO'S E COM A PREPOSIÇÃO OF.....	304
■ PRONOMES (PRONOUNS).....	305
PRONOMES PESSOAIS	305
PRONOMES REFLEXIVOS	305
PRONOMES INDEFINIDOS E DEMONSTRATIVOS	306
PRONOMES POSSESSIVOS	306
PRONOMES E ADJETIVOS INTERROGATIVOS (QUESTION WORDS)	307
ADJETIVOS INDEFINIDOS E DEMONSTRATIVOS	308
ADJETIVOS POSSESSIVOS	309
QUANTIFICADORES.....	309
■ ARTIGOS (ARTICLES)	310
ARTIGO DEFINIDO THE.....	310
ARTIGO INDEFINIDO A/AN.....	311
■ ADJETIVOS E ADVÉRBIOS (ADJECTIVES AND ADVERBS).....	311
FORMAS E USOS, POSIÇÃO DOS ADJETIVOS E ADVÉRBIOS, GRAUS DO ADJETIVO E DO ADVÉRBIO...311	
■ VERBOS (VERBS).....	315
VERBOS NO TEMPO PRESENTE SIMPLES (SIMPLE PRESENT).....	315
VERBOS NO PRESENTE CONTÍNUO (PRESENT CONTINUOUS).....	315
VERBOS NO PASSADO SIMPLES (PAST SIMPLE).....	316
VERBOS NO PASSADO CONTÍNUO (PAST CONTINUOUS)	317
VERBOS NO FUTURO IMEDIATO (FUTURE WITH GOING TO)	317
VERBOS NO FUTURO COM SHALL/WILL (SIMPLE FUTURE).....	318
VERBOS NO PRESENTE PERFEITO (PRESENT PERFECT)	318
VERBOS MODAIS CAN, COULD, MUST, MAY, MIGHT, WOULD, SHOULD E OUGHT TO	319
VERBOS NO MODO IMPERATIVO (IMPERATIVE).....	320
FORMAS DO INFINITIVO E GERÚNDIO (INFINTIVE AND GERUND).....	320
VERBOS FRASAIS (PHRASAL VERBS).....	321
TAG QUESTIONS.....	321

■ PREPOSIÇÕES (PREPOSITIONS).....325
PREPOSIÇÕES DE TEMPO, LUGAR, MOVIMENTO E FORMAS DE TRANSPORTE325

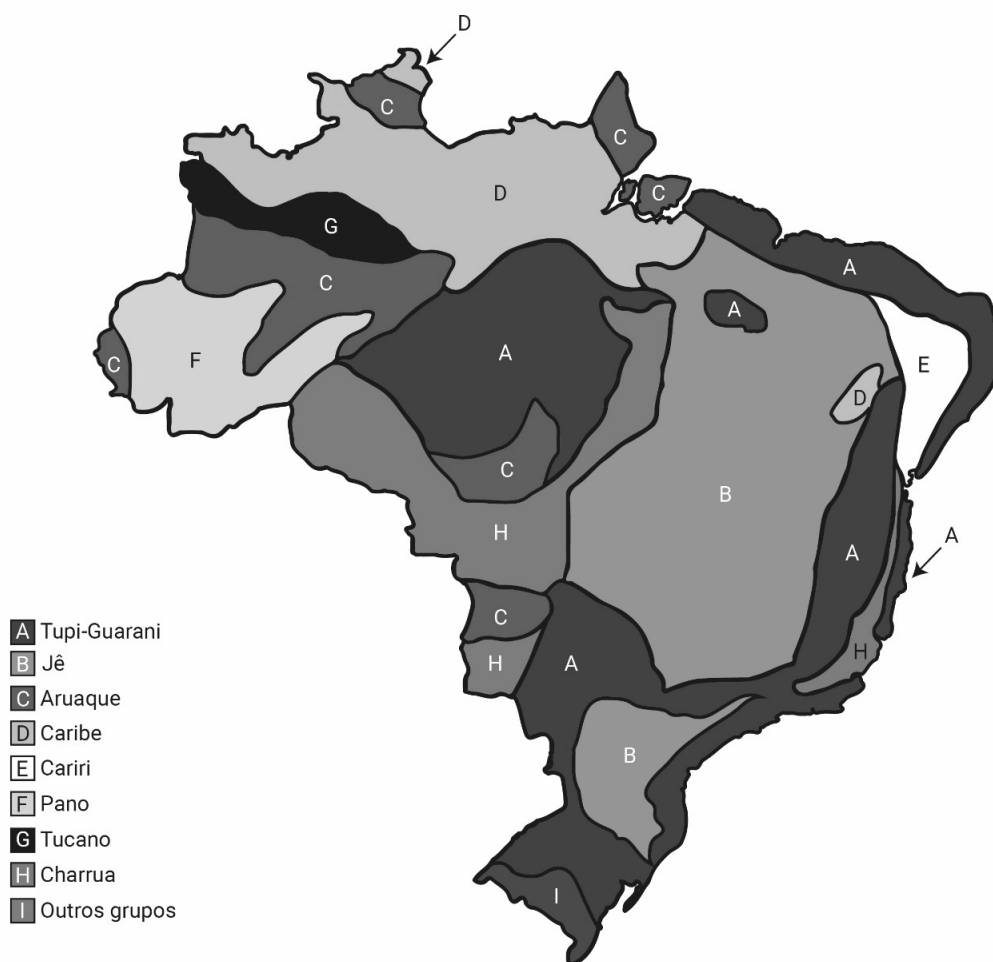
HISTÓRIA DO BRASIL

BRASIL COLÔNIA

OS POVOS INDÍGENAS BRASILEIROS

Os povos indígenas que ocupavam o território do Brasil podem ser classificados em quatro grandes troncos linguísticos, a saber:

- **Tupi:** viviam no litoral e foram os primeiros a entrar em contato com os portugueses. Utilizavam-se da pesca, caça e coleta na mata. Eram considerados desse tronco os tamoios, os guaranis, os tupinambás, os tabajaras, entre outros;
- **Macro-Jê:** algumas comunidades viviam na Serra do Mar, mas se localizavam, principalmente, no Planalto Central. Apenas no século XVII, foi que os grupos macro-jê passaram a ser atacados, por conta da escravização indígena. Eram considerados desse tronco os timbiras, os aimorés, os Goitacazes, os carijós, os carajás, os bororós, os botocudos, entre outros;
- **Karib:** ocupavam a região da Planície Amazônica, além dos atuais Amapá e Roraima. Bastante hostis aos invasores, praticavam, inclusive, a antropofagia. Assim como os macro-jê, entraram em contato com os brancos no século XVII, por conta dos aldeamentos religiosos e das fortificações militares. Eram considerados desse tronco os atroari e os uaimiri;
- **Aruak:** estabeleciam-se na região amazônica e na Ilha de Marajó, com destaque para seus utensílios em cerâmica. Eram considerados desse tronco os aruá, pareci, cunibó, guaná e terena.



O Brasil Antes da Chegada dos Europeus e as Principais Nações Indígenas do Brasil Antes da Chegada dos Portugueses

Os tupis, por habitarem o litoral e terem sido os primeiros a entrarem em contato com os colonizadores, são os mais conhecidos e descritos nos documentos da época. Sobre eles, temos conhecimento graças às descrições feitas por padres, viajantes e funcionários da Coroa portuguesa que resultaram em uma imagem dos povos pré-cabralinos, como se todos fossem iguais. O que sabemos sobre eles serve de base para o entendimento das demais sociedades tribais.

A organização social básica era a tribo, que se subdividia em aldeias ou tabas, cada uma delas com um chefe. A aldeia era formada por um conjunto de quatro a sete ocas, dispostas de forma circular, delimitando uma praça central — a oca — onde eram realizadas as cerimônias religiosas, as festas e a reunião dos líderes para decidir uma guerra ou migração. Geralmente, em torno da aldeia, era levantada uma cerca de troncos — a caiçara — com a finalidade de defendê-la.

As aldeias ligadas entre si por parentesco, costumes e tradição formavam uma tribo. O parentesco garantia a manutenção do modo de ser do grupo e perpetuava-se através de uniões obrigatórias com pessoas de fora. A relação de parentesco criava a relação de aliança grupal, na qual o casamento significava uma possibilidade de reforço do poderio do grupo. A família era patriarcal e o casamento poligâmico em algumas comunidades e monogâmico em outras.

A chefia realizava a organização interna da aldeia. Entre os tupis, a chefia era exercida pelos homens mais velhos e os líderes guerreiros. Eles tomavam as decisões sobre a guerra, a migração, as grandes caçadas e o sacrifício dos inimigos.

Para prover a sua alimentação, os povos indígenas caçavam, pescavam e coletavam crustáceos, frutos e raízes. A divisão do trabalho nas aldeias obedecia a dois critérios: sexo e idade. Os homens derrubavam as matas, preparavam o terreno para o plantio, caçavam, pescavam, guerreavam e confeccionavam canoas, arcos, flechas e adornos. As mulheres plantavam, colhiam, faziam cestaria e cerâmica. Quanto às crianças, a divisão entre meninos e meninas ocorria a partir dos cinco anos de idade, quando as meninas brincavam e ajudavam as mulheres em seus trabalhos e os meninos seguiam o exemplo dos homens, buscando aprender sobre a caça e a pesca.

Quando os recursos próximos à aldeia se esgotavam, migravam para outro lugar. O nomadismo da população indígena também ocorria pela procura de um lugar ideal e quase utópico, chamado “terra sem mal”, onde teriam prosperidade constante. Os indígenas procuravam lugares próximos aos rios e lagos, para ter acesso mais fácil à caça e, eventualmente, à agricultura. A chegada em um território ocupado por outra comunidade podia gerar guerras.

Os povos indígenas estavam muito envolvidos com a natureza e tinham uma maneira peculiar de entendê-la, por meio de uma concepção mítica de mundo. A própria natureza era tida como uma dádiva das divindades ou transformava-se na própria divindade, como a mãe-terra. Portanto, a religião indígena pode ser classificada como politeísta.

Nas épocas de plantio, de colheita, de caça, ou nas estações de chuva ou de seca, os membros da aldeia se reuniam e os pajés, líderes religiosos, relatavam as lendas e os mitos de cultura. O pajé, preocupado em manter vivas as tradições tribais, usava vestimentas especiais, como mantos, plumas coladas ao corpo,

máscaras de madeira, visando à transmissão de sua mensagem. Também bebia o cauim, fumava o tabaco, cantava, dançava e invocava os mitos. O ambiente revestia-se dessa atmosfera mágica e religiosa, a fim de agradecer a chuva, uma boa colheita ou a decisão do conselho de chefes para migração.

PERÍODO PRÉ-COLONIAL

O que foi, afinal, a descoberta de um Novo Mundo para a Europa no século XV? O que tal “descoberta” implicava para os “descobridores” e os “descobertos”? Esse “Novo Mundo” era assim considerado, porque, antes, essas terras não constavam nos mapas do mundo ocidental, tampouco se conhecia sua fauna, flora e, sobretudo, sua população, que se mostrava radicalmente diferente da humanidade conhecida pelo ocidente. Tratava-se, afinal, de homens e mulheres que praticavam a poligamia, não trajavam roupas, viviam em constantes guerras e, para o horror dos europeus, comiam carne humana.

Em 1492, Cristóvão Colombo, comandando uma frota espanhola que procurava um caminho alternativo para as Índias, sob ordens dos reis católicos Fernando e Isabel, defrontou-se com o que chamariam de continente americano e seria um dos primeiros a usar o termo “canibal”, para qualificar os nativos.

A Europa mantinha contato com os países do Oriente desde 1415 e os portugueses já haviam contornado uma parte considerável da costa africana no século XV. Ao final desse mesmo século, a questão era encontrar uma rota para as Índias que tornasse possível continuar com o comércio de especiarias, metais preciosos, joias e sedas, uma vez que a rota oriental estava sob o domínio turco islâmico, ou seja, interdita para os cristãos.

Os europeus, sobretudo espanhóis e portugueses, esperavam receber algum ressarcimento imediato pelas suas viagens desbravadoras e, de início, não perceberam grande potencial de exploração econômica para a área “descoberta”. Continuaram as incursões ao Novo Mundo até serem descobertas, pelos espanhóis, reservas de metais preciosos no território que lhe cabia, deixando os portugueses ansiosos por descobrirem, na sua parte da América também, grande quantidade de ouro e prata.

Sabe-se que, desde o século XV, os portugueses já haviam se lançado em espaços africanos. Esse movimento de aproximação se deu com o objetivo de expulsar os mouros da Península Ibérica, mas a manutenção do contato com o continente africano permitiu que construíssem, ali, feitorias, promovendo, por fim, sua colonização. Seria apenas em 1500 que, dando sequência ao seu desbravamento marítimo, Portugal depararia com o Brasil, embora já em 1494 lusitanos e espanhóis tivessem assinado o chamado Tratado de Tordesilhas, que dividia o Novo Mundo entre os dois Estados.

Inicialmente, Portugal não teve interesse imediato em desbravar suas “novas” terras, uma vez que o comércio Oriental lhe era mais rentoso. Os primeiros contatos permitiram a criação de um imaginário sobre o ambiente da América Portuguesa, assim como da população que lá habitava: o lugar era um paraíso na terra, no qual residiam todo tipo de monstros — os “indígenas canibais” eram vistos, de certa maneira, como uma espécie monstruosa.

Nos primeiros trinta anos após a chegada de Portugal à América Portuguesa, a exploração econômica deu-se pela exportação da madeira do pau-brasil, que era recolhido e movimentado por trabalho indígena.

Expedições de Reconhecimento e Guarda Costa;

O rei de Portugal quase nada sabia sobre a nova terra e suas riquezas. As notícias contidas nos documentos da época eram insuficientes em informações. No entanto, interessada na continuação do comércio asiático, a Coroa organizou expedições exploradoras, com a finalidade de fazer um reconhecimento geográfico e econômico do Brasil. Portugal desconhecia os potenciais da Nova Terra, mas a manutenção dessa colônia era importante como defesa da sua rota no Atlântico Sul.

A primeira expedição exploradora veio para o Brasil em 1501, comandada por Gaspar de Lemos. Esse navegou grande parte do nosso litoral, dando nome a uma série de acidentes geográficos, entre eles: Cabo de São Roque, Cabo de Santo Agostinho, Baía de Todos os Santos e Cabo de São Tomé, e constatou a presença de florestas de pau-brasil. No ano seguinte, Portugal permitiu que a exploração de pau-brasil, um monopólio real, fosse feita por mercadores de Lisboa — os cristãos novos, isto é, judeus convertidos ao cristianismo. Essa exploração seria feita sob a forma de arrendamento, por um prazo de três anos. O arrendatário era obrigado a enviar anualmente uma expedição de seis navios e a estabelecer feitorias fortificadas no litoral.

O primeiro arrendatário foi Fernão de Noronha, que, em 1503, financiou uma expedição, sob o comando de Gonçalo Coelho. Foram localizadas florestas de pau-brasil e um dos membros da expedição, Américo Vespúcio, fundou uma feitoria em Cabo Frio, hoje no estado do Rio de Janeiro. O arrendamento fracassou, porque o grupo arrendatário não conseguiu proteger o litoral, constantemente atacado por estrangeiros, principalmente corsários franceses.

Economia do Pau-Brasil

Para a exploração do pau-brasil, a primeira fase da chegada portuguesa é caracterizada pela instituição das feitorias após a chegada da esquadra de Cabral em 22 de abril de 1500, até a instituição das capitânicas hereditárias. Essas feitorias eram fortificações militares que visavam garantir o domínio sobre uma área e explorá-la. Foram construídas em Porto Seguro, Cabo Frio e Iguazu, fazendo a extração não apenas de pau-brasil, mas também do jacarandá, que possuíam valor para a fabricação de embarcação, móveis, além da tinta do pau-brasil para tecidos. A mão-de-obra empregada foi a indígena, que trocava produtos europeus em força de trabalho e permissão no uso da madeira; essa relação ficou conhecida como **escambo**.

Expedição Colonizadora de Martim Afonso de Souza.

Na década de 1530, o comércio asiático estava em crise. Devido a esse fato, a Coroa de Portugal deu início à colonização do Brasil, que deveria se tornar lucrativa. Com esse objetivo, foi enviada, em 1530, a expedição colonizadora de Martim Afonso de Souza, para distribuir sesmarias, colocar fim ao contrabando dos franceses, promover uma nova atividade econômica, implantando a agricultura colonial de exportação da cana-de-açúcar, policiar a costa brasileira e reconhecê-la geograficamente, averiguando os limites do Tratado de Tordesilhas, e fundar núcleos de povoamento.

Martim Afonso de Souza fundou a vila de São Vicente em 1532, organizou a administração, deu início à plantação da cana-de-açúcar e organizou o primeiro engenho do Brasil, o engenho do Governador.

I PERÍODO COLONIAL - ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE COLONIAL

A Organização Administrativa Colonial Portuguesa no Brasil, Capitânicas Hereditárias e o Governo Geral e Órgãos Administrativos

O território da América Portuguesa frequentemente sofria invasões de corsários de variadas nacionalidades, ficando evidente para a Coroa a necessidade de apossar-se efetivamente do território, uma vez que apenas o tratado de Tordesilhas não frearia as incursões e estabelecimentos não autorizados. Neste sentido, foram criadas frentes colonizadoras independentes, que apresentavam pouca comunicação entre si, relacionando-se imediatamente apenas com a metrópole. O sistema administrativo pelo qual se optou foram as chamadas capitânicas hereditárias, forma de administração realizada em outros domínios lusitanos. A Coroa não tinha recursos necessários para realizar a exploração de tão amplos domínios, por isso doou lotes de terras a particulares que, com seus recursos econômicos e humanos, deveriam primar pelo desenvolvimento dos espaços. Ademais, os lotes de terra eram hereditários.

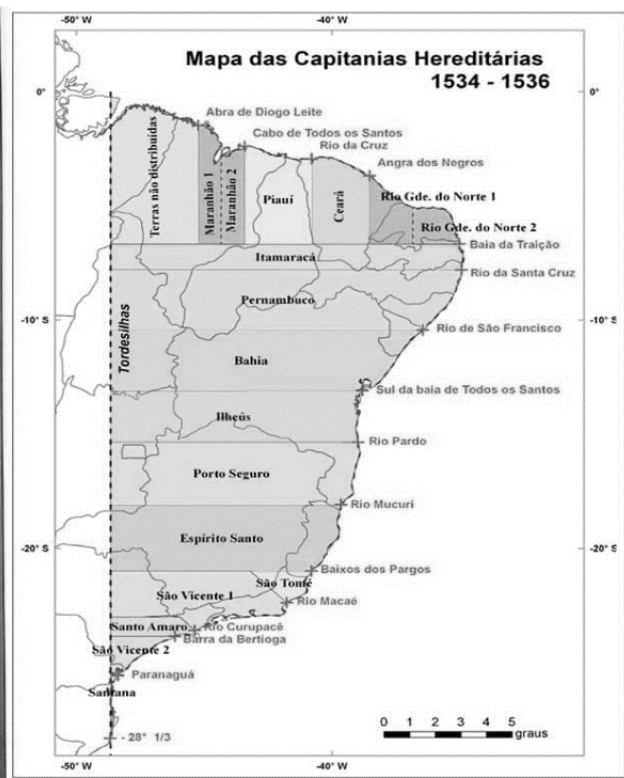
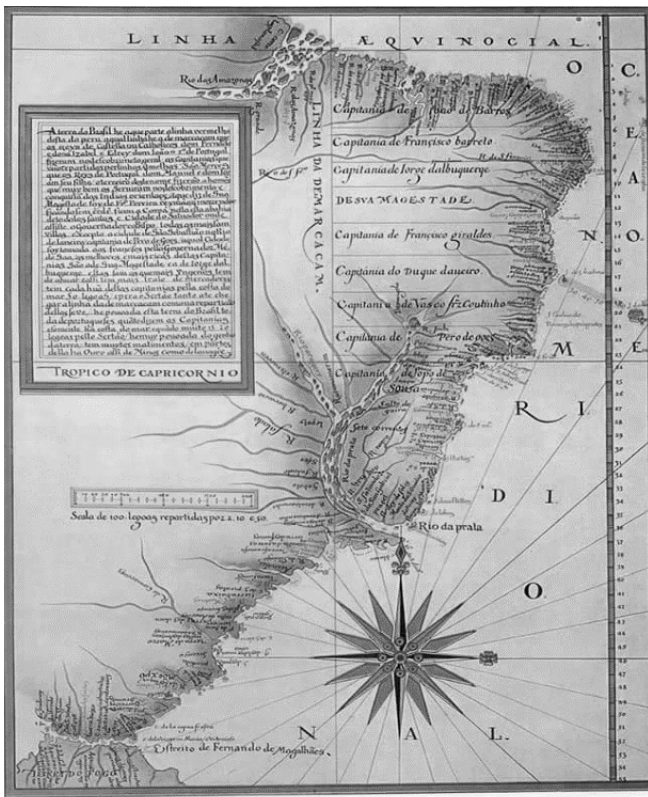


Figura 10 – Proposta do novo mapa das capitânicas hereditárias. Desenho do autor.

Fonte: Grupo Escolar1.

O território da América Portuguesa foi dividido em quinze lotes, sendo quatorze capitânicas, que, por sua vez, eram administradas por doze donatários. O donatário era o responsável com poder proeminente e, além do uso da terra, também administrava o trabalho indígena. As capitânicas não se relacionavam entre si e o distanciamento era evidente e preocupante, de modo que, em 1572, a Coroa Portuguesa fragmentou a administração em dois governos-gerais: o Governo do Norte, no qual a capital se localizava em Salvador e que era composto da Capitania da Baía até a capitania do Maranhão, e o Governo do Sul, sediado no Rio de Janeiro e composto pela região de Ilhéus até o sul. Ademais, reuniam-se regiões que não pareciam pertencer ao mesmo espaço administrativo e político.

As Câmaras Municipais e Econ Omias Complementares

As Câmaras Municipais existiam nos principais núcleos urbanos do Brasil: São Vicente, Porto Seguro, Ilhéus, Olinda, Salvador, Vitória, São Paulo e Rio de Janeiro. Eram órgãos representativos, formados por vereadores, tesoureiros e escrivãos subordinados ao Juiz Ordinário. Todas essas pessoas eram escolhidas pelos “homens bons”. Esses eram proprietários de grandes extensões de terras, que se constituíam na elite local e, por isso, eram os donos do poder local. Até a última década do século XVII, o cargo mais importante da Câmara era o de Juiz Ordinário. Era de sua competência a aplicação da lei no nível do município. Os vereadores determinavam os impostos, fiscalizavam os oficiais da municipalidade e aplicavam as leis.

A Economia e Sociedade Açucareira e Economias Complementares

● Economia e Sociedade Mineradora

Os bandeirantes encontraram ouro na região de Minas Gerais por volta de 1698, o que levou a um grande fluxo migratório, em que milhares de portugueses se deslocaram para as minas e intensificou-se o tráfico de escravizados da África. A população da região chegou a 300 mil habitantes, sendo que 50% desse montante eram escravos.

A vinda de forasteiros causou tensão entre os bandeirantes paulistas e os “emboabas” portugueses sobre o direito de exploração do ouro, assim eclodiu, entre 1707 e 1709, a Guerra dos Emboabas. Derrotados e expulsos, os bandeirantes deslocaram-se para oeste do território, onde encontram ouro em Cuiabá (1717) e em Goiás Velho (1721).

Após o episódio, a Coroa Portuguesa reforçou o seu domínio com a tributação (a quinta sobre a onça de ouro extraída), o impedimento de que vilas se tornassem cidades (exigindo mais autonomia), a construção da Estrada Real (primeiro, entre Parati e Ouro Preto, e depois, entre Rio de Janeiro e Diamantina) e a mudança da sede do governo-geral para o Rio de Janeiro (1763). O mercado interno tornou-se mais integrado para o abastecimento da Capitania das Minas.

Com o declínio do ciclo do ouro por volta de 1770, a população espalhou-se, principalmente, para o sul de Minas e para a Zona da Mata. Outra consequência foi a cultural, com o florescimento das artes, em especial na arquitetura com Aleijadinho.

● Economias Complementares

■ Economia Açucareira

O açúcar não foi, nos primeiros anos de colonização, apenas um produto produzido na colônia. Ele era responsável pelo surgimento de códigos, costumes e hábitos. Foi apenas no século XVI que se desenvolveu o hábito, na Europa, do consumo do açúcar feito da cana, que passou de produto de requinte para um uso frequente no cotidiano das pessoas.

Como já foi exposto, depois dos primeiros trinta anos, reconheceu-se a necessidade de povoar, ao menos, a faixa litorânea de terra da nova colônia, para, assim, evitar invasões estrangeiras que começavam a crescer. Contudo, já não se pretendia apenas povoar a colônia, passava-se, também, a uma forma de colonização que visava outro objetivo: o ganho monetário. O projeto colonial tomava contornos de empresa colonial, exigindo maior investimento para a produção de produtos que deveriam ser exportados para o mercado europeu. A produção era, portando, direcionada para fora da colônia.

Formaram-se grandes centros produtivos, os chamados latifúndios, que se dedicavam à produção de apenas um produto em grande escala. Esse produto seria, de início, a cana-de-açúcar. A partir de então, o empreendimento do açúcar estabeleceu-se no Nordeste da América Portuguesa.

Alguns pontos tornaram o empreendimento açucareiro mais feliz na região nordeste: a proximidade com a metrópole e o clima e a hidrografia fundamentais para o transporte do produto internamente. Nesse momento, Portugal concentrou sua atenção no Brasil e no empreendimento açucareiro, estabelecendo um monopólio. Contudo, mesmo que a Coroa tenha tentado controlar todo o processo de produção e mercantilização de açúcar, isso não ocorreu, uma vez que os holandeses eram responsáveis pela comercialização, no exterior, do produto produzido na colônia portuguesa.

O tabaco também foi um produto importante para o sistema econômico colonial, visto que era um produto importante a ser trocado por africanos a serem escravizados, assim como a cachaça. Além disso, não havia possibilidade de tal produto disputar com o monopólio do açúcar.

A partir do século XVI, toda a empresa colonial seria sustentada pelo empreendimento do açúcar: a formação de cidades e vilas, a divisão do território e a relação entre os grupos sociais. Até 1763, quando a capital passou para o Rio de Janeiro, era em Salvador que se desenvolviam as atividades administrativas. Ainda assim, nos primeiros anos da colonização, o poder efetivo estava localizado na casa-grande e no engenho. Assim, os senhores de engenho tornaram-se o grupo social mais destacado, embora sua posição não tivesse surgido de um arranjo hereditário, como era o caso da nobreza europeia.

No contexto colonial, no qual a economia era sustentada pelo trabalho forçado, ser branco e não desempenhar trabalho braçal já indicava alguma ascensão social, pelo menos, para o “povo”. Havia

trabalhos que eram desempenhados apenas por cativos, fossem eles indígenas ou africanos. Assim, nessa sociedade marcada pelo escravismo, a cor tornou-se logo um indicador social.

Ademais, se a díade senhores e escravizados era central nessa sociedade constituída sob o empreendimento açucareiro, havia, também, ao redor, os agregados do senhor, pessoas que, embora não tivessem relevância econômica, eram importantes para o desempenho político e social dos senhores de engenho. Eram, sobretudo, parentes destituídos de terra, comerciantes, homens livres que não possuíam autonomia social e que viviam sob a proteção do senhor e lhe davam influência política.

● Economia Pecuária

Com o estabelecimento do governo-geral, foi adotada a prática de doar sesmarias (grandes porções de terra) destinadas à pecuária em áreas do interior. Houve pecuária em vários locais onde se estabeleceram colonos.

No Nordeste, essa atividade ocupou uma vasta área do interior desde a Bahia até Piauí e Goiás. São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul também eram núcleos importantes. Com o declínio do Ciclo do Ouro em Minas Gerais, a pecuária acabou sendo uma importante atividade no atual sul do estado.

Escravidão Africana

A escravidão era conhecida pelos europeus, pelo menos, desde a Grécia e Roma antigas. Contudo, a forma assumida na América portuguesa, sobretudo no empreendimento açucareiro, trouxe características específicas. Em primeiro lugar, desde o início do tráfico atlântico, no século XVI, até seu término no século XIX, a taxa de nascimento entre os cativos foi negativa, em razão, principalmente, das mortes precoces e da violência do sistema.

A escravização atlântica demonstrava novos padrões e intensidade: os escravizados eram destituídos de suas famílias, sociedades, comunidades e desenraizados de tudo o que conheciam. A grande diferença trazida pela escravidão atlântica moderna consistiu em fazer do trabalho compulsório a base de todo o sistema econômico da colônia: era a partir do trabalho escravizado que, primeiro nos engenhos, depois, na mineração, e em todas as atividades econômicas importantes, se construía a economia da colônia.

A escravidão também era uma instituição presente na África, porém, mais uma vez, trazia características muito diversas daquelas apresentadas pela escravidão atlântica. Nesse continente, o sistema de escravidão constituía-se em relação ao pertencimento e parentesco: de modo muito genérico, ser escravo significava “não pertencer”, “estar à margem”, mas essa era uma condição que poderia mudar, pois um escravizado poderia ser absolvido pela sociedade.

Com a indústria do açúcar, o trabalho escravo passou a ser essencial, sustentando toda a economia, no entanto se acreditava que não era possível mantê-la tão lucrativa sem o trabalho compulsório. O tráfico atlântico inaugurou, também, um nível de violência das relações escravistas sem precedentes.

Os cativos eram capturados no interior do continente africano e levados para a costa. Lá, eram embarcados em navios para o Novo Mundo, onde desempenhariam o trabalho conscrito. Muitos

escravizados morriam na longa viagem pelo Atlântico, fosse pelas condições péssimas de higiene, fosse pela falta de mantimentos ou doenças. Mas, dentro dos porões dos Navios Negreiros essas pessoas também criavam laços com os outros cativos, mesmo que muitas vezes fossem trazidos de partes diferentes do continente, iniciando-se ali a resistência ao regime.

Embora já existissem rotas de comércio de escravizados controladas por muçulmanos na África, os portugueses criaram várias feitorias e portos no litoral do continente, para suprir a constante demanda de mão-de-obra escravizada no Novo Mundo, dominando o comércio atlântico. Assim, para a América portuguesa, vieram, sobretudo, escravizados da Senegâmbia e costa ocidental da África.

Se os jesuítas tentaram proteger, em alguma medida, as populações indígenas do trabalho forçado, o mesmo não aconteceu com os negros escravizados. A Igreja fazia coro ao discurso que compreendia a imposição do trabalho forçado aos africanos como uma maneira de civilizá-los e impor-lhes disciplina.

O trabalho compulsório, por si só, já dava, ao cotidiano, tons de violência. Contudo, a ordem e disciplina eram mantidas pela constante ameaça de castigos, comunitários ou não, além de várias técnicas violentas, como a manutenção dos cativos acorrentados. Porém, isso não significa que os escravizados não criaram formas de resistência, seja ela solitária ou em grupo.

É necessário compreender a resistência tanto nos atos individuais de insubordinação diários, quanto nas revoltas e quilombos. Ainda, é preciso atentar-se para a complexidade das relações entre escravizados e senhores: os espaços urbano e rural traziam diferenças significativas, sendo que o escravo urbano possuía algum nível de mobilidade maior, pois, por vezes, desempenhava trabalhos que exigiam que se afastasse dos senhores, enquanto, nas zonas rurais, o trabalho tendia a ser mais pesado e policiado. O sistema escravista sustentava-se pela violência em um misto de paternalismo e hierarquia.

A resistência coletiva dos escravos originou os chamados quilombos (em Angola, um tipo de acampamento militarizado) ou mocambos (que significava esconderijo). Na América portuguesa, os quilombos foram agrupamentos de escravizados fugidos, que tentavam escapar do violento sistema. Esses escravizados se mantinham à margem da sociedade, em lugares de acesso difícil, sem, contudo, perderem as relações de proximidade com vilarejos e comunidades das proximidades.

A Economia e Sociedade Mineradora

Os bandeirantes encontraram ouro na região de Minas Gerais por volta de 1698, o que levou a um grande fluxo migratório, em que milhares de portugueses se deslocaram para as minas e intensificou-se o tráfico de escravizados da África. A população da região chegou a 300 mil habitantes, sendo que 50% desse montante eram escravos.

A vinda de forasteiros causou tensão entre os bandeirantes paulistas e os “emboabas” portugueses sobre o direito de exploração do ouro, assim eclodiu, entre 1707 e 1709, a Guerra dos Emboabas. Derrotados e expulsos, os bandeirantes deslocaram-se para oeste do território, onde encontram ouro em Cuiabá (1717) e em Goiás Velho (1721).

Após o episódio, a Coroa Portuguesa reforçou o seu domínio com a tributação (a quinta sobre a onça de ouro extraída), o impedimento de que vilas se tornassem cidades (exigindo mais autonomia), a construção da Estrada Real (primeiro, entre Parati e Ouro Preto, e depois, entre Rio de Janeiro e Diamantina) e a mudança da sede do governo-geral para o Rio de Janeiro (1763). O mercado interno tornou-se mais integrado para o abastecimento da Capitania das Minas.

Com o declínio do ciclo do ouro por volta de 1770, a população espalhou-se, principalmente, para o sul de Minas e para a Zona da Mata. Outra consequência foi a cultural, com o florescimento das artes, em especial na arquitetura com Aleijadinho.

I CONSOLIDAÇÃO TERRITORIAL

Entradas e Bandeiras

Uma questão fundamental na colonização portuguesa diz respeito ao trato dos indígenas pelos colonos, pois enquanto estes queriam escravizar as populações nativas, as missões jesuíticas procuravam protegê-los do trabalho forçado e encaminhá-los à catequese. A concepção de trabalho das sociedades indígenas era um tanto diferente da concepção europeia, já que não havia nessas sociedades interesse imediato por excedentes e sua produção se caracterizava por uma concepção coletiva de fabrico e consumo.

Muitos indígenas, ao terem contato com os colonizadores, foram se retirando para o interior, procurando escapar do trabalho compulsório. Uma questão se mostrou central nesse contexto: a necessidade cristã de catequização das populações indígenas. Para a Igreja, esses indivíduos eram importantes “novos fiéis” que precisavam ser encaminhados.

Muito embora se tenha encorpado o discurso que diz respeito à substituição do trabalho indígena pelo trabalho, também compulsório, dos africanos, o que de fato se percebe nas pesquisas historiográficas é que uma ação não anulou a outra, pois ambas as populações foram utilizadas como mão de obra forçada.

Um exemplo notável do processo de escravização indígena pode ser apontado pelas atividades dos bandeirantes, da região de São Paulo. Os bandeirantes adentravam o interior – os sertões – procurando por indígenas e assaltando as missões jesuítas que transportavam os indígenas, onde eram criadas vilas em que trabalhavam e eram catequisados. Assim, as duas categorias, colonos e jesuítas, se viam em constante litígio.

Há que se dizer que a posição de defesa da Igreja, em relação aos indígenas, freou, em alguma medida, as ações bandeirantes, fazendo a atenção voltar-se para o tráfico atlântico, que causava menos incômodo moral que o trabalho compulsório indígena que, é preciso reiterar, continuou a existir.

Invasões Estrangeiras - Invasões Francesas e a Invasão Holandesa

Desde o início da chegada dos portugueses à América, a costa da colônia fora alvo de inúmeras invasões estrangeiras, de povos franceses, ingleses, holandeses, entre outros. Contudo, o inconveniente não vinha apenas dos piratas, pois a França já havia tentado quebrar o Tratado de Tordesilhas por duas vezes e os holandeses também não ficaram para trás.